

Obstáculos ao saneamento

Dois grandes obstáculos se antepõem ao êxito das negociações políticas que o ministro da Fazenda vem realizando: a dívida dos governos dos Estados e municípios com o governo da União e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (US\$ 18 bilhões) e a situação dos bancos estatais estaduais diante do Banco Central. Os dois obstáculos têm em comum o fato de os governadores terem condições de sensibilizar deputados e senadores, levando-os a opor-se às pretensões de cobrança, e até mesmo de inviabilizar os planos de recuperação econômica. Diferem num aspecto fundamental, porém: enquanto o problema da dívida pode ser resolvido em 20 anos, o dos bancos estaduais ou se resolve de uma vez por todas, e como quer o Banco Central, ou será impossível debelar a inflação.

No passado mais recente, o governo Collor de Mello buscou resolver as duas questões e não o conseguiu pela surda oposição do Congresso e a mais firme manifestação de desagrado de alguns governadores de Estados política e economicamente importantes. Na administração Itamar, o ministro Krause buscou montar um novo tipo de federalismo com base na redefinição das relações entre União e Estados, a qual passaria, necessariamente, pelo saneamento das finanças estaduais e a retirada da capacidade de os bancos estaduais baterem às portas do Banco

Central para fechar seus caixas, muitas vezes descobertos por *empréstimos* (autênticas requisições) aos governos estaduais. Também malogrou. Agora, o ministro Fernando Henrique Cardoso volta à carga por entender, como se sabia no passado, que esses problemas são o calcanhar-de-aquiles de qualquer política de estabilização.

Em outras palavras, ou eles se resolvem ou de nada adiantará pretender fazer isso ou aquilo. O ministro da Fazenda parece haver concedido o máximo que o Tesouro Nacional pode suportar: em vez de reclamar que os Estados destinem 11% de sua receita ao pagamento das dívidas, no primeiro ano e 15% nos subseqüentes, concordou em que o dispêndio seja de 9% e 11%, enquanto a maioria dos Estados pretende que seja, simplesmente, de 7%. Há governos, como o de São Paulo, que concordam com muita coisa, desde que, antes, as estatais federais paguem o ICMS que devem. Sem dizer que resiste, o Bandeirantes, em reconhecer que a situação do Banespa não é de todo diferente daquela de muitos bancos estaduais. Por detrás de todos os argumentos que os governadores expõem em defesa de sua posição há sempre o motivo político-eleitoral: o primeiro ano, convém lembrar, seria o de 1994, o das eleições. A



Tesouro. O ministro da Fazenda talvez pudesse aceitar o argumento que vem do Sul — que, aliás, não é novo, tendo sido exposto pela primeira vez por ocasião da moratória decretada pelo governo Sarney: “Se a União não paga, por que os Estados devem pagar?”. Fernando Henrique Cardoso deveria, na hipótese de não se querer pagar, fazer o que a chamada “banca internacional” faz às vezes: suspende créditos e financiamentos aos inadimplentes... Contra essa atitude se levantariam todos, alegando que a União não pode sufocar os Estados, que no entanto se julgam no direito de enfraquecer a União!

Sem a anuência dos governadores, será difícil ao Executivo federal votar no Congresso lei regulamentando o assunto. Esse é um dos problemas com que o ministro da Fazenda se defrontará. Outro, ainda mais delicado, é o dos bancos estaduais:

diferença de 2 ou 4 pontos percentuais na receita, num ano eleitoral, pode indicar muito. Por isso resistem, alegando, inclusive, como fez o governador do Rio Grande do Sul, que os Estados devem reclamar da União tratamento idêntico ao que o governo federal pleiteia dos credores externos, qual seja, só despendar aquilo que não afete a capacidade geral de pagamento do

Orçamento, consta verba vultosa, introduzida por emenda, para saneamento de três bancos do Nordeste. É por intermédio dessa verba que o problema da dívida dos Estados se liga com os cortes que o ministro pretende fazer nas despesas inscritas no Orçamento. É que os governadores, além de não desejar pagar o que o Tesouro reputava indispensável, não querem que haja cortes nas verbas que são transferidas aos Estados. O governador de Pernambuco, seguramente num ato falho, resumiu muito bem a situação: o governo federal, na hora de cortar, deveria machucar menos os Estados, cujos governos estivessem em dia com os pagamentos a que se obrigaram. Os inadimplentes, esses sejam duramente castigados! Essa proposta contém em si todo o drama da política brasileira: toma-se emprestado; retém-se o FGTS dos trabalhadores celetistas e depois não se reconhece a obrigação de pagar. Tanto assim que se deseja que os que pagam tenham tratamento privilegiado.

É nesse terreno, nesse clima, com essas pessoas, que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deverá negociar para buscar encontrar uma solução para os problemas do Brasil, entre os quais se incluem, como parece óbvio, a existência da Federação e o futuro político dos governadores que criam dificuldades para pagar o que devem.